



Número: **0045518-15.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 28ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **06/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.112,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                               |                    | Procurador/Terceiro vinculado  |         |
|--------------------------------------|--------------------|--|---------|
| BELMIRO MAX LOPES DE ARAUJO (AUTOR)  |                    | BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA (ADVOGADO)<br>MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI (ADVOGADO)        |         |
| COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU) |                    | ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)<br>RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO) |         |
| PRISCILA COSTA LIMA LEMKE (PERITO)   |                    |  |         |
| Documentos                           |                    |  |         |
| Id.                                  | Data da Assinatura | Documento  | Tipo    |
| 57189070                             | 30/01/2020 16:18   | <a href="#">Petição</a>  | Petição |

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 28ª VARA CÍVEL DE RECIFE - PE**

**PROCESSO Nº 0045518-15.2019.8.17.2001**

**BELMIRO MAX LOPES DE ARAUJO**, já qualificado nos autos do processo acima epigrafado, vem, informar e requerer o que se segue:

O pagamento é o ato jurídico formal, unilateral, que corresponde à **execução voluntária e exata por parte do devedor da prestação devida ao credor**, tudo previsto conforme sentença transitada em julgado.

A Corregedoria Nacional de Justiça uniformizou procedimentos referentes ao levantamento de depósitos judiciais para evitar prejuízos de difícil reparação a qualquer das partes envolvidas em processos. De acordo com o Provimento n. 68, de 3 de maio de 2018, as decisões que deferem pedido de levantamento de depósito condicionam-se necessariamente à intimação da parte contrária para, querendo, apresentar impugnação ou recurso.

A previsibilidade de levantamento judicial é factível nos autos de qualquer processo, mas e quando existe essa possibilidade de impugnação ou recurso distinto? Muitas vezes pode existir a possibilidade de desentendimento quanto aos cálculos judiciais efetivados, que, sendo levantada a verba judicial pela parte adversa e não reposta ou caucionada, fatalmente ensejará novos embates judiciais ou injustiça, dependendo do caso em concreto.

Por tal exposição, evitando novos conflitos judiciais e focando na segurança jurídica para todos os entes do Judiciário, o CNJ relatou o Provimento 68, que dispõe sobre a uniformização dos procedimentos referentes ao levantamento de depósitos judiciais e bloqueio de valores, que diz em seu artigo 1º:

*“Art. 1º. As decisões, monocráticas e colegiadas, que deferem pedido de levantamento de depósito condicionam-se necessariamente à intimação da parte contrária para, querendo, apresentar impugnação ou recurso.*

*§ 1º. O levantamento somente poderá ser efetivado 02 (dois) dias úteis após o esgotamento do prazo para recurso”.*

Desta feita, não podemos falar em novos conflitos judiciais ou em insegurança jurídica, pois:

1. Houve pagamento voluntário da condenação (**id. nº 56765569**);
2. O demandante concorda com o valor depositado;

Dessa forma:

- a. Requer a **IMEDIATA EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL**, em favor da parte Autora, no valor de **R\$ 1.319,90 (mil, trezentos e dezenove reais e noventa centavos)**;



- b. **EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL**, referente aos honorários advocatícios/sucumbenciais em nome de seu patrono **Dra. MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI – OAB/PE 25.324**, no valor de **R\$ 131,99 (cento e trinta e um reais e noventa e nove centavos)**.

Para todos os fins de direito.

Pede e espera deferimento.

Recife, 30 de janeiro de 2020.

**BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA**

**OAB/PE 22090**

